

Participação de ofensores sexuais em intervenção psicossocial: Trajetória do medo à coragem

Participation of sexual offenders in psychosocial intervention: Journey from fear to courage

Participación de delincuentes sexuales en intervención psicosocial: Trayectoria del miedo al valor

Participation des agresseurs sexuels à l'intervention psychosociale: Trajectoire de la peur au courage

 10.5020/23590777.rs.v24i3.e14225

Ranieli Carvalho Gomes de Sousa  

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. Graduada em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Pós-graduada em Pensamento sistêmico e psicodrama para as práticas de saúde e educação com casais, famílias e grupos pelo Instituto Aprender Vivo.

Liana Fortunato Costa  

Graduação em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1972), Mestrado em Psicologia pela Universidade de Brasília (1989) e Doutorado em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (1998).

Resumo

O presente estudo tem como objetivo explorar as vivências e experiências de homens adultos autores de violência sexual enquanto participantes de uma intervenção psicossocial grupal. Esta intervenção visa à reflexão sobre a violência cometida contra crianças e adolescentes, é oferecida por instituições públicas de saúde, e seus integrantes são encaminhados pelas varas criminais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico. Buscou-se conhecer como ocorre o enfrentamento de estigmas sociais, bem como o engajamento à atividade terapêutica. O instrumento utilizado foi a observação e o registro de oito sessões grupais. Os participantes foram compostos por seis homens com idade média de 44 anos. A análise centrou-se nas observações de falas e comportamentos relativos às seguintes questões: Como foi sua experiência no grupo? Como foi participar de um grupo como este? Para a discussão, os resultados foram organizados em zonas de sentido: sentimentos; aprendizados; mudanças; e superação, sendo exemplificados com falas dos participantes. Os testemunhos analisados focaram na importância da construção de um ambiente terapêutico, sem julgamentos nem críticas, seguro e de reciprocidade, que possibilite uma discussão de temas que não são debatidos no cotidiano desses homens, além da ênfase na positividade da conversa grupal. O limite da pesquisa encontra-se na abordagem ao tema, que traz uma conversação plena de ansiedade, dúvida e medo de admissão de culpabilidade. Outro limite é o acesso a esses indivíduos. Além disso, há a particularidade de as autoras serem representantes do gênero feminino e estarem pesquisando em um contexto caracterizado por impasses característicos de ambientes extremamente machistas.

Palavras-chave: processos terapêuticos, agressões sexuais, ofensor sexual.

Abstract

The present study aims to explore the experiences of adult men who are perpetrators of sexual violence as participants in a group psychosocial intervention. This group aims to reflect on violence committed against children and adolescents, and it is offered by public health institutions, and its members are referred by criminal courts. This is a qualitative ethnographic study. The aim was to understand how social stigmas are faced, as well as engagement in therapeutic activities. The instrument used was the observation and recording of eight group sessions. The participants were six men with an average age of 44 years. The analysis focused on observations of speech and behaviors related to the following issues: How was your experience in the group? What was it like to be part of a group like this?

For the discussion, the results were organized into areas of meaning: feelings, learning, changes, and overcoming, and exemplified by participants' statements. The testimonies analyzed focused on the importance of building a therapeutic environment, without judgment or criticism, safe and reciprocal, that allows for a discussion of topics that are not debated in the daily lives of these men, in addition to the emphasis on the positivity of group conversation. The limitation of the research lies in the approach to the topic, which brings a conversation full of anxiety, doubt, and fear of admitting guilt. Another limitation is access to these individuals. In addition, there is the particularity that the authors are female and are researching in a context characterized by impasses typical of extremely sexist environments.

Keywords: *therapeutic processes, sexual assault, sexual offender.*

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo explorar las experiencias de hombres adultos autores de violencia sexual como participantes de una intervención psicosocial de grupo. Esta intervención objetiva la reflexión sobre la violencia cometida contra niños y adolescentes, es ofrecida por instituciones públicas de salud, y sus participantes son encaminados por los tribunales criminales. Se trata de una investigación cualitativa de carácter etnográfico. Se buscó conocer cómo ocurre el enfrentamiento de estigmas sociales, como también el compromiso con la actividad terapéutica. El instrumento utilizado fue la observación y el registro de ocho secciones de grupo. Los participantes fueron compuestos por seis hombres con media de edad de 44 años. El análisis se concentró en las observaciones de hablas y comportamientos relativos a las siguientes cuestiones: ¿Cómo fue su experiencia en el grupo? ¿Cómo fue participar de un grupo como este? Para la discusión, los resultados fueron organizados en zonas de sentido: sentimientos; aprendizajes; cambios; y superación, siendo ejemplificados con hablas de los participantes. Los testimonios analizados enfocaron en la importancia de la construcción de un ambiente terapéutico, sin juzgamientos ni críticas, seguro y de reciprocidad, que favorezca una discusión de temas que no son debatidos en el cotidiano de estos hombres, además del énfasis en la positividad de la charla de grupo. El límite de la investigación se encuentra en el enfoque al tema, que trae una conversación plena de ansiedad, duda y miedo de admisión de culpabilidad. Otro límite es el acceso a estos individuos. Además de esto, hay la particularidad de que las autoras sean representantes del género femenino y estén investigando en un contexto caracterizado por impases característicos de ambientes extremadamente machistas.

Palabras clave: *procesos terapéuticos, agresiones sexuales, delincuente sexual.*

Résumé

La présente étude vise à explorer les vécus et les expériences des hommes adultes auteurs de violences sexuelles en tant que participants à une intervention psychosociale de groupe. Cette intervention vise à réfléchir sur la violence commise contre les enfants et les adolescents. Elle est offerte par des institutions de santé publique, et ses participants sont envoyés par les juridictions pénales. Il s'agit d'une recherche qualitative de nature ethnographique. On a cherché à comprendre comment se déroule la lutte contre les stigmates sociaux, ainsi que l'engagement dans l'activité thérapeutique. L'outil utilisé a été l'observation et l'enregistrement de huit séances de groupe. Les participants étaient composés de six hommes âgés en moyenne de 44 ans. L'analyse s'est concentrée sur les observations des discours et des comportements relatifs aux questions suivantes : Comment s'est passée votre expérience dans le groupe ? Comment était-ce de participer à un groupe comme celui-ci ? Pour la discussion, les résultats ont été organisés en zones de signification : sentiments ; apprentissages ; changements ; et dépassement, illustrés par des déclarations des participants. Les témoignages analysés se sont concentrés sur l'importance de construire un environnement thérapeutique, sans jugement ni critique, sécurisant et réciproque, permettant de discuter de sujets rarement débattus dans le quotidien de ces hommes, en plus de l'accent mis sur la positivité de la conversation de groupe. La limite de la recherche réside dans l'approche du thème, qui amène une conversation pleine d'anxiété, de doute et de peur d'admettre sa culpabilité. Une autre limite est l'accès à ces individus. En outre, il y a la particularité que les auteures, en tant que représentantes du genre féminin, effectuent leurs recherches dans un contexte marqué par des impasses caractéristiques des environnements extrêmement machistes.

Mots-clés: *processus thérapeutiques, agressions sexuelles, agresseur sexuel.*

A violência sexual infantil é um fenômeno complexo que ocorre em diferentes camadas sociais e econômicas, e pode ser definida como qualquer prática sexual que envolva crianças ou adolescentes, em que estes não apresentam total compreensão da situação e, por conseguinte, são incapazes de dar o seu consentimento (World Health Organization [WHO], 2017). Essa temática tem tido uma repercussão cada vez maior no contexto brasileiro, tanto social como acadêmico. Todavia, o enfoque ainda prevalece sobre a vitimização, enquanto o agressor, no caso deste texto, o homem adulto autor de violência sexual, continua sendo pouco estudado (Meneses et al., 2016; Said, 2019; Wolff et al., 2016). Autores internacionais (Bowden et

al., 2017; Grady et al., 2016; Marshall, 2018) e nacionais (Meneses et al., 2016; Setubal et al., 2020) concordam com a necessidade de se oferecer intervenções ao autor de violência sexual, tanto do gênero masculino como do feminino, para que haja efetividade no circuito protetivo às vítimas (Tavares et al., 2021).

O Boletim Epidemiológico (Ministério da Saúde, 2018) apontou que foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes. Outro dado aborda o número de pessoas presas por estupro de vulnerável entre os anos de 2015 e 2016, de 6.072, segundo o relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017), crime tipificado como praticar qualquer ação de cunho sexual com menor de 14 anos (*Decreto-Lei nº 2.848, 1940*). Importante assinalar que está previsto no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes [CONANDA], 2013) o oferecimento de atendimento para os autores de violência sexual, ou seja, o Estado tem a responsabilidade de oferecer intervenções para esse público, e não apenas às vítimas. Entretanto, é necessária uma mudança de paradigma entre o punir *versus* dar atenção/tratar, de modo que se possa oferecer atendimento no âmbito da saúde, promovendo discussões sobre adoção de política pública que vise conhecer e transformar os participantes deste circuito ofensivo. Essa perspectiva já possui exemplos em plena atuação no Brasil (Barros et al., 2022; Fonseca et al., 2019; Meneses et al., 2016; Tavares et al., 2021), inclusive no âmbito da saúde pública (Passarela et al., 2017).

Oferecer e avaliar programas de atendimento a adultos que cometem violências é imprescindível para a elaboração de política pública de proteção aos vulneráveis, mais justificável ainda em face do grande volume de processos judiciais. Nem sempre é possível identificar as diferenças entre os resultados desses programas, porém isto não deve desencorajar a manutenção dessas iniciativas. A participação em uma ação dessa natureza (reflexão sobre comportamentos lesivos a terceiros) facilita o surgimento da motivação para a busca de mudanças e a aquisição de habilidades interacionais, tanto como a regulação das emoções. Assim, esses ganhos reverberam sobre a responsabilização jurídica e outras áreas da vida do perpetrador de violência (Murphy & Richards, 2021).

Existem fortes evidências de efetividade em intervenções terapêuticas para autores de violência, podendo ser individuais ou grupais. Estudos que avaliam esses programas mostram que os indivíduos/grupos, que participam de algum tipo dessas ações, apresentam menor taxa de reincidência do ato violento, se comparado àqueles que não frequentaram nenhum tratamento (Marshall, 2018; Murphy & Richards, 2021; Przybylski, 2015; Souza & Maciel, 2018). Essa constatação diz respeito a programas largamente conhecidos, bem como a diferentes abordagens, e indica reduzir probabilidades de outras violências sexuais e não sexuais (Lobanov-Rostovsky, 2015; Stinson et al., 2017; Vasconcelos & Cavalcante, 2019).

Para a análise do processo da intervenção, é mais importante a qualidade das relações, a presença da empatia, a ausência de crítica/julgamentos/preconceitos, seja entre os membros de uma equipe ou os membros de um grupo, do que a escolha por um determinado modelo teórico-metodológico. O estilo de condução da intervenção deve ser não confrontacional, incentivando a ajuda mútua, ou o ganho de relações afetivas e seguras, tirando o foco das condutas inadequadas e centrando na possibilidade de transformações e fortalecimento de decisões (Marshall, 2018; Meneses et al., 2016).

A literatura sobre violência sexual tem particular interesse na avaliação da efetividade dos atendimentos terapêuticos, enfocando as características dos profissionais, a aliança terapêutica e o processo grupal (Marshall, 2018; Przybylski, 2015; Stinson et al., 2017). Mesmo que exista muita discrepância nas avaliações dos modelos de atendimento, há um consenso e evidência de que a diminuição da recidiva do ato violento ocorre com os indivíduos que tiveram essa experiência (Murphy & Richards, 2021; Przybylski, 2015). Uma questão que vem tomando importância é a percepção dos participantes da intervenção sobre essa experiência, podendo direcionar uma melhor compreensão de como delinear outras intervenções. Trata-se de compreender quais aspectos estão presentes no engajamento, os facilitadores relacionais e compreensivos, os pontos que ligam o cometimento da violência com a própria vida, o enfrentamento do sentimento de vergonha ou o reconhecimento do sofrimento da vítima (Bowden et al., 2017). Em uma intervenção com esse público, observa-se que além dos conteúdos programáticos, as características dos facilitadores, o clima na condução da intervenção, a aliança terapêutica, bem como a percepção que os participantes têm do programa, são fatores que impactam a eficácia do tratamento (Said, 2019).

As pesquisas que visam avaliar a eficácia do tratamento com adultos autores de violência sexual tendem a focar na reincidência e deixam de abordar as vivências dos indivíduos, na experiência de inserção nos processos interacionais/terapêuticos da intervenção (Marshall, 2018; Przybylski, 2015). Todavia, Bowden et al. (2017) salientam que a experiência individual é fator determinante para que o indivíduo conclua o que é proposto, uma vez que sua percepção sobre o tratamento e os terapeutas provavelmente influencia seu nível de engajamento na intervenção. Com isso, considera-se que essa é uma questão que demanda atenção e deve ser incorporada à avaliação do programa, visando alcançar uma efetividade no tratamento.

Nas últimas décadas, houve um incremento de ações terapêuticas reflexivas voltadas para os homens que cometem violências contra o gênero feminino, trazendo uma provocação teórica, metodológica e ética para a discussão do tema e sobre os indivíduos (Beiras et al., 2020b). Para o enfoque teórico do tema abordado, aponta-se o pensamento sistêmico na melhor compreensão sobre a complexidade do fenômeno da violência sexual, buscando compreender o ciclo da violência e da inter-relação dos fatores associados ao cometimento da violência sexual. Além disso, acresce-se a contribuição de

Vasconcellos (2013), que propõe que os paradigmas da instabilidade, da complexidade e do valor da apreciação do contexto sejam vetores da interpretação e reconhecimento do fenômeno.

Destarte, esta pesquisa baseia-se em um delineamento qualitativo realizado por Bowden et al. (2017) com adultos autores de violência sexual. Seu objetivo foi investigar a motivação, o engajamento e o enfrentamento dos estigmas sociais relacionados à violência sexual. Dessa forma, o presente estudo busca ampliar essas contribuições, focando, especificamente, em adultos que cometeram violência sexual contra crianças e adolescentes e que estão sendo responsabilizados pelo sistema judicial. O objetivo central deste estudo é analisar as percepções dos participantes (adultos autores de violência sexual) de uma intervenção psicossocial grupal, sobre a experiência de integrarem uma ação terapêutica, com objetivo reflexivo sobre a violência cometida.

Método

Contexto da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho etnográfico, onde foi empregada a observação participante completa que contempla distanciamento, respeito e, ao mesmo tempo, não impõe uma restrição ao contato com o material registrado. Esse modo beneficia as condições nas quais os indivíduos se recusam a assinar o “acordo de consentimento” à pesquisa (Flick, 2009, p. 204; Nogueira et al., 2020). A coleta dos dados ocorreu no primeiro semestre de 2022, em um programa de atendimento aos autores de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Esse programa se situa dentro da área de saúde e os indivíduos atendidos são encaminhados sob obrigação de varas criminais (vara de execução penal, vara de medidas alternativas, vara de execução em meio aberto), após o cumprimento de sentença em regime fechado, ou, ainda, em cumprimento de regime aberto ou semiaberto. O sentenciamento ocorre por meio do artigo 217 – ter conjunção carnal ou praticar ato libidinoso com menor de 14 anos – do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, 1940). Os atendimentos são conduzidos por uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais da psicologia (um homem e uma mulher), serviço social (duas mulheres) e psiquiatria (um homem). O ciclo de atendimento consiste em: 1) avaliação (entrevistas individual, familiar e psiquiátrica); 2) atendimento psicossocial (grupal/individual); 3) acompanhamento (se necessário) após a etapa dos atendimentos. Todos os encaminhados pelas varas seguem essa trajetória, mesmo com a justiça tendo informação apenas sobre comparecimentos e o cumprimento, ou não, das etapas do programa. Os critérios de encaminhamento dos indivíduos referem-se unicamente ao Ministério Público e às Varas.

Contexto do acesso aos indivíduos

As informações aqui veiculadas foram acessadas durante as sessões grupais que têm duração de três horas e meia, ocorrem quinzenalmente e são oferecidos por 2/3 vezes ao ano. Os temas das sessões são pré-definidos: promoção da integração grupal, enfrentamento das discriminações, vitimização pessoal, masculinidades, sexualidade, fatores de risco/proteção, desejo sexual e plano de futuro. As sessões grupais são organizadas em quatro etapas: aquecimento, desenvolvimento, compartilhamento e ritual de finalização. A fim de facilitar a interação entre os participantes e a equipe, bem como diminuir o clima de tensão ao abordar a temática da violência sexual, adota-se uma abordagem lúdica com a utilização de jogos dramáticos, desenhos, colagens, massa de modelar, músicas e outros recursos (Meneses et al., 2016; Nogueira, 2020; Wolff et al., 2016).

Participantes

Em termos gerais, o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (2018) aponta que os autores de violência sexual de crianças e/ou adolescentes são majoritariamente homens e possuem vínculo familiar com a vítima, sendo eles pai, padrasto, avô, entre outros. Um estudo realizado no Brasil (Penso et al., 2016) demonstrou que os perpetradores de violência sexual reproduzem as características da população carcerária brasileira, e são homens de baixa escolaridade, atuando em subempregos e pertencentes às classes sociais de menor poder aquisitivo.

A intervenção grupal envolveu a participação de seis homens, com presenças variadas nas diversas sessões (Tabela 1). Todos os participantes eram heterossexuais, com idades variando entre 38 e 53 anos (idade média de 44,8 anos), um participante era solteiro, e os demais casados ou em união estável. Em relação à escolaridade, um participante não era alfabetizado, dois tinham o ensino fundamental incompleto, um tinha o ensino médio incompleto e um tinha o ensino médio completo. Dois participantes trabalhavam no mercado informal, um trabalhava no mercado formal, um estava aposentado e um era vendedor autônomo. A maioria dos participantes declarou-se pardo e preto e apenas um se declarou branco. Em relação à violência sexual cometida, todos cometeram violência sexual intrafamiliar, tendo como vítimas meninas com idades entre 1 e 16 anos.

Tabela 1*Informações sobre as sessões grupais.*

Sessão grupal	Nº de Participantes	Tema	Dia
1ª sessão	6	Integração grupal	22/03/2022
2ª sessão	4	Enfrentamento das discriminações	05/04/2022
3ª sessão	4	Sobrevivendo às violências	19/04/2022
4ª sessão	4	Masculinidades	03/05/2022
5ª sessão	3	Sexualidade	17/05/2022
6ª sessão	3	Risco e proteção	07/06/2022
7ª sessão	4	Desejo sexual	21/06/2022
8ª sessão	4	Projeto de futuro	05/07/2022

Instrumentos

O instrumento utilizado para a análise foi a observação e o registro das oito sessões grupais, cujos temas estão descritos na Tabela 1. Importante assinalar que o período da observação e registro foi o da adaptação da instituição à volta dos atendimentos grupais presenciais, em função do momento da pandemia da Covid-19. A intervenção psicossocial grupal possui uma característica delicada, pois suscita muitas reservas e posições ambíguas dos indivíduos participantes, quando abordados diretamente. Em função disso, tem-se optado por manter, de forma permanente, observadores das ações grupais para que, assim, fosse possível construir um acervo de conhecimento que viabilizasse acesso e interesse, além da publicização. A exemplo dessa iniciativa, tem-se o uso da etnografia como um modo de avanço no conhecimento desta realidade (Andrada, 2018; Nogueira et al., 2020). A observação é um modo que permite o acesso ao campo e ao indivíduo, especialmente em situações nas quais estão presentes os aspectos acima mencionados (reserva, sigilo, interface com a justiça), e que envolve recuo na autorização de gravações.

A primeira etapa de todas as sessões, o aquecimento, foi uma automassagem individual que envolvia toques com as pontas dos dedos no rosto, na cabeça, nos braços, nas pernas e nas mãos. A primeira sessão teve como objetivo o acolhimento e a integração grupal e a segunda etapa focou no desenvolvimento, com o pedido para que os participantes fizessem um desenho de algo que gostassem e explicassem para o grupo. Após esse momento, realizou-se a construção do contrato grupal, especificando os horários, limite de faltas, sigilo, bem como a obrigatoriedade do uso de máscara, devido a Covid-19. Em seguida, foram fixadas nas paredes imagens de barcos em diferentes situações – as quais os participantes deveriam escolher uma imagem que representasse o sentimento de estar na atividade grupal – e, por fim, aconteceu o compartilhamento, momento de relatar quais tinham sido os aprendizados daquela sessão.

A segunda sessão, enfrentamento das discriminações, teve a brincadeira do bandido, vítima e detetive como atividade principal. O bandido eliminava as vítimas com um gesto de piscar de olhos, enquanto o detetive deveria identificar o bandido. Os participantes discutiram os nomes que a sociedade atribui aos bandidos e exploraram estigmas ligados a homens acusados de violência sexual. Ao término, foram convidados a refletir sobre como desejavam ser percebidos pela sociedade, escolhendo um nome pelo qual gostariam de ser chamados. Para a terceira sessão, vitimização pessoal, foi proposta uma atividade com massa de modelar. Os participantes deveriam fazer um objeto utilizado para cometer violência e deveriam pegar esse mesmo objeto e transformá-lo em algo bom. Para finalizar, foram abordadas diferentes maneiras de aliviar a raiva.

Na quarta sessão, masculinidades, os participantes foram instruídos a fechar os olhos enquanto a equipe colocava pedras no chão da sala. Em seguida, eles deveriam olhar para essas pedras como sendo os ensinamentos que eles receberam ao longo da vida sobre o que é ser homem. Frases como “homem não chora”, “homem tem que sustentar a casa”, “homem tem que ser pegador”, foram citadas. Essas frases foram escritas em papéis, fixadas nas paredes e posteriormente reescritas após reflexão. Na quinta sessão, sexualidade, foi contada a história sobre a criação dos sexos, sendo utilizado um baralho com frases e perguntas sobre sexualidade. Após esse momento, eles deveriam contar uma história que envolvesse a sexualidade de algum menino. Todas as histórias apresentadas foram sobre homossexualidade. Ao término, os participantes receberam um desenho de uma caixa e refletiram sobre quais aspectos da sexualidade manter e quais descartar em suas vidas.

Na sexta sessão, fatores de risco/proteção, o tema abordou a reflexão sobre a história de Ulisses e o canto da sereia. Os participantes tiveram que fazer um desenho com a parte da história que mais havia lhe chamado a atenção. Eles utilizaram

giz e vela para fazer a cera, simbolizando proteção. Foi entregue, então, uma folha para cada um, com a solicitação de que escrevessem uma “cera” e uma “amarra”, que seriam fatores de proteção na vida de cada um deles. No sétimo encontro, desejo sexual, a reflexão se deu a partir de dois casos que envolviam violência sexual contra crianças. Os participantes tiveram que apresentar estratégias protetivas para esses casos.

Na última sessão, projeto de futuro, a equipe buscou estimular os participantes a pensarem sobre projetos pessoais para suas vidas. Foi entregue um papel para cada um, com o intuito de que dividissem o papel em pedaços e desenhassem (em cada parte) as ações que queriam para o futuro. Ainda, solicitou-se que um dos espaços fosse destinado a uma estratégia de proteção, aprendida no grupo. Realizou-se, também, a roda dos desejos, em que eles declararam desejos um para o outro. O ritual se baseou na entrega de um “certificado” de conclusão de participação nas sessões.

Procedimento de coleta das informações

Uma observadora realizou o registro de forma minuciosa, densa e completa, buscando seguir os aspectos descritivos, como o comportamento e a fala dos participantes dentro da intervenção grupal, e os aspectos subjetivos, como as próprias impressões, evidenciando sua subjetividade (Gobo & Marciniak, 2016; Jerolmack & Khan, 2018). A pesquisadora teve acesso ao campo para conhecer o funcionamento de todo o processo de atendimento grupal, familiarizar-se com os membros da equipe e o contexto, desenvolver habilidades etnográficas, treinar a observação e o registro, desde o início do ano em questão, e esteve presente em todas as sessões grupais. Utilizaram-se caderno e caneta para o registro das informações, além de ter sido realizado o acesso aos prontuários dos participantes, visando obter seus dados sociodemográficos. Esses dados foram anotados, tomando-se o devido cuidado na proteção de nomes ou informações que pudessem comprometer a identidade dos participantes. Para a operacionalização do registro, a observadora sentou-se ao fundo da sala, fora do círculo do grupo, permanecendo silenciosa. Durante os primeiros minutos da primeira sessão, houve sua apresentação e informação sobre a função da observação e registro, acrescido do pedido de permissão para tal atividade. Foi oferecida ainda a informação de que os registros não seriam disponibilizados para o contexto judicial, por meio de algum documento/relatório, e que as informações têm interesse unicamente para o fim da pesquisa. Todos os participantes do grupo concordaram com a atividade do registro, sem nenhuma solicitação para conferir seu conteúdo. Após o término da última sessão, foram feitas duas perguntas com o objetivo de apreender as experiências dos indivíduos sobre a participação no grupo. As perguntas foram: Como foi sua experiência no grupo? Como foi participar de um grupo como este? A referência dessas questões está na proposta já apontada de Bowden et al. (2017).

Análise das informações

Inicialmente foi realizada uma leitura fluida e extensiva de todo o material contido nos registros, em seguida foram atribuídos significados às falas que denotavam uma expressão pessoal ou interacional de qualificação da participação na atividade grupal. Após essa etapa, buscou-se destacar os sentidos comuns, identificações de padrões de semelhança ou de continuidade. Trata-se de uma proposta de análise de conteúdo (Rey, 2005) com ênfase na produção de significados (indicadores) e na construção de sentidos comuns (zonas/núcleos de sentido do indivíduo), que compõem os conjuntos interpretativos. O indicador não tem valor como um elemento isolado e estático, mas como parte de um processo que funciona em estreita e constante interrelação com outros indicadores (Rey, 2005). Essa interconexão entre os indicadores elabora a definição da zona de sentido (categoria mais ampla) do objeto estudado. Após uma primeira construção interpretativa, outro avaliador, com experiência e conhecimento no tema do adulto autor de violência sexual, realizou uma segunda construção interpretativa, identificando as nuances dessas zonas de sentidos, apreendendo o significado das informações presentes em cada uma. As duas avaliadoras discutiram as categorias e seus conteúdos considerando três perspectivas: as impressões subjetivas da observação, as falas referentes às emoções e afetos presentes nas reações dos participantes, e as respostas apresentadas ao final da última sessão. A discussão foi organizada, em seu final, em quatro zonas de sentido: sobre as emoções e sentimentos suscitados durante a intervenção; sobre o reconhecimento de aprendizagens; sobre a valorização das mudanças; e a percepção de haver superação. A proposta metodológica de Rey (2005) se coaduna com a perspectiva valorativa da presença da subjetividade da pesquisadora/observadora, na situação do campo da pesquisa, como no trabalho interpretativo das informações.

Cuidados éticos

Este estudo faz parte do projeto Avaliação e Intervenção Junto ao Autor de Ofensa Sexual Contra Crianças e Adolescentes, com parecer favorável nº 972246 do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília, em março de 2015. Trata-se de um projeto maior, que tem acolhido adendos referentes a recortes temáticos que ampliam resultados já publicizados (Meneses et al., 2016; Nogueira, 2020). Em função do envolvimento sensível

sobre possível identificação de contexto, instituição ou local da pesquisa, adota-se uma posição de evitação de maiores informações que possam oferecer indicações aproximadas sobre esses indivíduos.

Discussão

Inicia-se este item com uma apreciação mais geral, seguindo orientação de Rey (2005) sobre o resgate das impressões referentes ao processo de interpretação que estão presentes, de modo recursivo, em todo o percurso da análise. Assim, a análise das observações, referentes às oito sessões, apontou para as vivências subjetivas dos participantes após a denúncia, as emoções e aprendizados durante o grupo e a reorganização após sua conclusão. Após a denúncia e o início do processo criminal, os participantes relataram que se sentiram humilhados, com raiva, tristes e sozinhos. Ao ingressarem no grupo, relataram medo. No entanto, durante as sessões, sentiram-se apoiados e tiveram experiências positivas. Os atendimentos, segundo eles, contribuíram para importantes aprendizados, incluindo melhores habilidades de comunicação e manejo de relações interpessoais, refletidos em mudanças de comportamento, como paciência, tolerância e empatia. A participação no grupo trouxe a sensação de um novo começo, a crença na possibilidade de mudança e a capacidade de superar desafios. Para o fim da discussão, os resultados foram organizados em zonas de sentido: sobre sentimentos; sobre aprendizados; sobre mudança de conduta; e sobre superação. São apresentadas falas dos participantes, registradas no decorrer das sessões, para ilustrar e dar maior consistência à discussão.

Sentimentos/emoções presentes na intervenção

O primeiro núcleo de sentido diz respeito às características emocionais dos indivíduos, mais precisamente como se sentiram após a realização da denúncia/instauração do processo criminal. Essa condição prevaleceu e se manteve desde o início da intervenção grupal, bem como no decorrer de todas as sessões. A partir da denúncia, os indivíduos expressaram sentimentos de humilhação, raiva, tristeza, solidão e injustiça, pois relatam terem sido acusados de um crime que não cometeram, como fica expresso nas falas do P1: “ser acusado de algo que você não fez, que você sabe que a pessoa estava inventando, a raiva cresce muito... o sentimento de injustiça é forte”. Ele também menciona ter sentido humilhação desde o instante em que chegou à delegacia e que se viu sozinho; P2: “na hora do julgamento, ver uma pessoa de um ano e meio de idade falar que você fez uma barbaridade com ela, é complicado”; P3: “me senti triste, como se fosse um monstro”; e P5: “a polícia me humilhou, fui chamado de jack, estuprador”.

A negativa de reconhecimento da responsabilidade na violência sexual tem sido intensamente estudada por autores que indicam a distorção cognitiva como ferramenta auxiliar na diminuição da ansiedade, decorrente do cometimento da ação violenta (Marshall, 2018; Wolff et al., 2016). A distorção cognitiva é uma justificativa elaborada pelo autor de violência sexual e sua principal função é neutralizar emoções negativas que surgem a partir de um conflito interno e da estigmatização social (Nogueira, 2020). Autores indicam relatos de perpetradores de violência sexual que se designam como “inocentes” de forma reiterada, mesmo após julgamento e sentenciamento (Meneses et al., 2016; Nogueira et al., 2020). Há uma grande mudança de perspectiva de vida, de futuro e de relacionamentos familiares e pessoais, que são determinadas a partir do momento que o autor de violência sexual passa a ser identificado como tal. A raiva está ligada a uma possível compreensão sobre um estilo de vinculação (mais sexual do que afetivo) predominante até o momento da denúncia. O início da atividade grupal marca a necessidade de mudança desse estilo (Grady et al., 2016) e a continuidade de sentimentos raivosos se justifica por se tornar um tema imperiosamente reflexivo.

Destaca-se que além dos sentimentos negativos, da humilhação sofrida e da privação de liberdade, em alguns casos, houve outras medidas punitivas, como fica evidente na fala do P2: “eu sou um cidadão de bem, trabalhador, e me vi aprisionado, sem poder entrar na minha casa, pois vem a justiça e te tira de casa, dá medida protetiva”. O apontamento desses aspectos negativos presentes nos relatos faz-se necessário na medida em que configura a subjetividade grupal ao início da intervenção. O sofrimento subjacente é assim revelado, principalmente para eles próprios, evidenciando a necessidade de renegociar a realidade para mudar o foco da estigmatização, em busca de uma identidade mais favorável socialmente (Geiger & Fischer, 2017).

A negação do cometimento da ofensa sexual está presente em outros estudos, associada à forma negativa como o crime de violência sexual é visto pela sociedade, suscitando rejeição, isolamento ou até mesmo ações muito violentas (Nogueira, 2020). Com isso, um dos principais sofrimentos, após a acusação judicial, é o julgamento da sociedade associado ao estigma de ser um autor de violência sexual, que acarreta prejuízos sociais, familiares e de acesso ao mercado de trabalho. Os autores desse tipo de violência frequentemente experimentam isolamento e solidão devido às reações de pessoas de seu círculo social, incluindo familiares (Geiger & Fischer, 2017; Nogueira et al., 2020). Além disso, podem sofrer retaliação até mesmo por parte de outros indivíduos envolvidos em situação semelhante (Fonseca et al., 2019). A negação do cometimento da violência também pode ser considerada como uma estratégia de sobrevivência.

O encaminhamento desses indivíduos para a intervenção grupal é feito sob obrigação (Meneses et al., 2016). P1: “não quer dizer que seja ruim, mas estou aqui por causa da determinação judicial”. Entretanto, todo o conteúdo das sessões é sigiloso, a justiça tem acesso somente às presenças/ausências nos atendimentos. Quando ingressam no grupo, o sentimento mais evidente é o medo, corroborando o estudo de Nogueira et al. (2020), uma vez que eles têm dificuldade em diferenciar o contexto jurídico e o contexto da intervenção e, consequentemente, em confiar que o atendimento não está subordinado ao contexto jurídico (Meneses et al., 2016). Esses indivíduos têm receio de falar algo que possa vir a prejudicá-los no processo judicial. O medo esteve presente na fala do P2: “estou com medo”, quando questionado sobre o sentimento de estar chegando no grupo, e na fala do P5: “me sinto no olho do furacão, por causa da minha situação”.

No decorrer das sessões, o sentimento, que antes era negativo, foi dando lugar a um sentimento positivo e de gratidão. P1: “quando cheguei no atendimento, tive um apoio maravilhoso, me senti forte... o trabalho da equipe é excelente, me tirou lá de baixo”; P2: “estava com medo, mas vi que foi bom”; P4: “a experiência no grupo está sendo ótima, se fosse a justiça ou não, se eu soubesse do atendimento, eu mesmo tinha procurado, pois saio do atendimento muito bem, com a mente renovada, eu gosto”. Durante as sessões, um aspecto notável foi que todos os participantes se emocionaram e choraram, o que é pouco comum nesse tipo de contexto, conforme evidenciado no estudo de Habka (2017). Naquele estudo, os participantes de uma intervenção foram reticentes em expressar seus sentimentos, possivelmente devido à pressão imposta pela masculinidade hegemônica, que valoriza o silêncio em relação ao sofrimento e desencoraja o choro, considerando-o sinal de fragilidade para os homens. Desde cedo, os indivíduos aprendem que chorar é uma atitude associada ao gênero feminino (Beiras et al., 2020a). Isso faz com que a demonstração de sentimentos e vulnerabilidades seja vista negativamente para as masculinidades, já que a sensibilidade é atribuída à suposta natureza feminina, enquanto a natureza masculina é associada a outras características como domínio e força física (Habka, 2017).

Nesse contexto, ao analisar as revisões bibliográficas sobre atendimentos a homens autores de violência, fica evidente que os programas estão preocupados em fornecer um roteiro interventivo que possa auxiliar na aquisição de habilidades sociais e afetivas (Barros et al., 2022; Poletto et al., 2018). Essa abordagem é de grande importância, pois busca desconstruir os estereótipos de masculinidade que restringem a expressão emocional e podem levar a comportamentos violentos.

Reconhecimento das aprendizagens

Outra percepção foi o grupo como ambiente de aprendizado, proporcionando reflexões acerca da prevenção de possíveis novas acusações. P3: “os aprendizados vão ajudar a proteger para que não aconteçam futuras acusações”. P1, P2, P3 e P5 relatam que uma maneira de prevenir outra acusação, aprendida no grupo, é “não ficar sozinho com crianças”. Outra medida apresentada por P1 é “deixar de ter certas brincadeiras com ela, como jogar almofadas um no outro, perguntar dos namoradinhos e só ficar ao lado dela na presença da minha esposa”. Ainda foi destacada a conscientização sobre os próprios atos, como nas declarações de P5: “é preciso ter consciência do que está fazendo... pensar mais e ter mais paciência, ter mais paciência para agir com mais inteligência”. Essas falas indicam uma aquisição de habilidade que vai ser importante para a operacionalização de comportamentos auto protetivos (Marshall, 2018). Isso se torna relevante, uma vez que a autorregulação desempenha um papel estratégico na proteção individual, tornando-se um elemento eficaz na prevenção de atos de violência sexual (Setubal et al, 2020).

Destacam-se aprendizados referentes à responsabilização do ato cometido: P2 e P5, respectivamente: “se ele errou, tem que pagar pelo que fez”; “se o cara tiver feito, tem que pagar, tem que mudar, não dá para mudar o passado, mas pode aprender com o passado, ajuda a pessoa a não repetir o erro, tem que colocar na mente”. Em outro momento, P1: “desde a primeira consulta, o aprendizado foi muito grande, porque ajudou a abrir a mente... vi várias maneiras de aliviar a raiva”; P2: “tem que ter mais paciência, pois, quando se age sem pensar, pode prejudicar a si mesmo”; P3: “aprendi que nunca estou sozinho”; P4: “aprendi muito a como agir”; e P5: “a cena fez refletir que tem que ter mais paciência e ser mais tolerante” (a cena diz respeito a uma dramatização ocorrida no sétimo encontro).

Um programa de prevenção/educação ou de intervenção psicossocial deve investir em tais relatos para aumentar a conscientização de jovens ou de adultos jovens para uma reprodução dos esquemas tradicionais de atitudes de gênero. Conhecer esses condicionamentos sociais e evitar agir impulsivamente são etapas dos roteiros de sedução/namoro adotados por homens machistas, que facilitam a expressão da violência física ou sexual contra mulheres ou crianças (Geiger & Fischer, 2017).

Indicadores de adesão ao tratamento podem ser percebidos na obtenção de ganhos imediatos, como nas descrições: abrir a mente, aliviar a raiva, ter mais paciência e tolerância. Esses aspectos tratam do incentivo e treinamento da autorregulação ao longo do tempo (Stinson et al., 2017). Aprender a agir, não se sentir só, são também falas que mostram que os grupos terapêuticos – que valorizam as relações intergrupais, a sociabilidade, o compartilhamento das experiências – conseguem promover maior integração, sentido de vida, desenvolvimento de habilidades sociais. Esses ganhos ocorrem pela convivência com pares que concretizam limites e possibilidades ali mesmo na interação grupal. Na ação grupal vivencial, as falas têm uma circulação comum, juntamente com as sugestões e “conselhos” dirigidos à resolução de conflitos e experiências compartilhadas (Hollander & Craig, 2013; Poletto et al., 2018).

Valorização das mudanças existentes

A melhora na comunicação entre os participantes e seus familiares foi uma das mudanças mais significativas: “passei a ter mais diálogo com a esposa, melhorou muito, pois antes a gente não conversava” (P1). As mudanças são descritas como: ouvir mais, controlar a impulsividade, pensar antes de agir, ter mais paciência e ser mais calmo. Nas falas de P1: “aprendi a falar e a lidar com as pessoas, me tornei uma pessoa mais humana, mais calma, mais emotivo, passei a saber ouvir e entender. Me transformou em outra pessoa”; P2: “passei a ficar mais tranquilo e a ter mais diálogo com a minha esposa e meus filhos”; e P4: “ter mais paciência, tolerância, saber esperar, pensar no próximo” evidenciam-se essas mudanças. Salienta-se que a discussão do tema envolve os participantes, garantindo vez e voz a todos. O grupo proporciona um contexto de aprendizado e respeito mútuo que, junto com reflexões acerca da violência cometida, permitem a construção de novas maneiras de lidar com situações de conflito. P1: “aprendi a ter mais paciência, pois brigava à toa no serviço”, e P3: “para a raiva não entrar, eu fico calado e saio de cena, pois quando paro de falar, a discussão para”. Além disso, o grupo estimulou reflexões sobre a importância de cuidar da saúde pessoal, levando a mudanças notáveis, como exemplificado por P3: “é preciso sempre cuidar da saúde. Tenho cuidados em casa para não me machucar, e passei a tomar os remédios”.

Ao considerarem os aprendizados adquiridos, é possível observar que os participantes tiveram percepções sobre potenciais mudanças em suas vidas e relacionamentos. O microsistema grupal desempenha um papel significativo no processo de transformação de suas trajetórias de desenvolvimento, influenciando outros microsistemas nos quais estão inseridos, como o relacionamento conjugal, filial, e o ambiente de trabalho (Oliveira & Scorsolini-Comin, 2021). O grupo é um espaço fundamental para proporcionar escuta ativa e apoio emocional, permitindo aos participantes uma reavaliação de suas histórias de vida. Além de atuar como uma alternativa na luta contra a violência, esse ambiente promove a saúde dos homens, especialmente daqueles que, devido à persistência da cultura machista, enfrentam dificuldades na expressão de seus sentimentos, dúvidas e anseios (Beiras et al., 2020a).

O estudo de Habka (2017) enfatiza que os programas de intervenção – destinados a homens autores de violência contra a mulher – têm se mostrado efetivos na alteração de seus comportamentos, resultando em menor taxa de reincidência, em comparação àqueles que não passam por esse tipo de intervenção. Essas observações também se mostram significativas no trabalho com homens que cometeram violência contra crianças e adolescentes, e devem ser parte integrante de uma política abrangente de enfrentamento à violência. A punição isolada, por si só, não é suficiente para promover mudanças culturais e preventivas de maneira duradoura. É necessário utilizar estratégias mais abrangentes que abordem as causas subjacentes da violência, permitindo a transformação do comportamento das pessoas envolvidas (Nogueira, 2020). Em suma, as intervenções com homens autores de violência, tanto no contexto de violência contra mulheres como no de violência sexual contra crianças e adolescentes, são fundamentais para promover mudanças positivas de comportamento.

Percepção da superação

Os indivíduos acusados de violência sexual frequentemente são expostos a tratamentos degradantes no contexto prisional brasileiro e não recebem nenhuma assistência para uma reintegração na sociedade. Contudo, nos últimos anos, percebe-se um esforço para mudar essa realidade, de modo que tem havido um crescimento no número de pesquisas (Grady et al., 2016; Nogueira et al., 2020), seja no âmbito psicossocial (Bernardes & Mayorga, 2017) ou no jurídico (Orth et al., 2021). A reflexão sobre quando e como se oferecem ações de ajuda e reflexividade, aos autores de violência sexual, tem importância primordial na política de proteção às crianças e aos adolescentes (Souza & Maciel, 2018; Tavares et al., 2021). No entanto, é escassa a presença dessas iniciativas e o aspecto superação evidencia uma máxima de quanto antes melhor. Participar de atendimento terapêutico ou psicossocial favorece a adoção de uma perspectiva mais positiva acerca do futuro, P3: “agora busco novos horizontes para seguir a vida” e P4: “o grupo significou um novo recomeço, são novos conhecimentos, os relatos não irão sair da minha cabeça e são relatos que eu posso tirar para a vida... está me ajudando a vencer, está me dando forças”. Outro aspecto que participa do movimento de superação é o enfrentamento ao medo e à solidão: reconhecer e sentir que não está só. P5: “superar o medo e ir pra frente, que não estou sozinho, sempre estou com pessoas que ajudam a superar o medo”. Após as reflexões finais do grupo, P3 afirmou: “a vida continua, tem que superar os obstáculos e tem várias maneiras de superar”. O trabalho de responsabilização não implica em desconsiderar a necessidade de estimular a superação e a preparação da vida futura (Souza & Maciel, 2018; Vasconcelos & Cavalcante, 2019).

Como aponta o estudo de Meneses et al. (2016), ao passar pela experiência de reclusão, esses homens buscam e esperam ter o apoio da família, de modo que a família tem um papel importante no processo de ressocialização e reintegração desses indivíduos. O apoio familiar é evidenciado pelas falas de P1 e P3, respectivamente: “me sinto muito aliviado quando recebo carinho da família. Fui bem compreendido pela esposa, mãe, pelos filhos e pela sogra. Depois que falei, senti um alívio, me senti mais leve”; “contei para a esposa, o filho (começou a chorar), a mãe, os irmãos, todos me apoiaram. Me senti mais aliviado quando vi que tinha o apoio deles”. O contexto familiar tende a ser o que dá mais suporte a esses homens depois que saem do contexto prisional. O suporte familiar, entretanto, não é suficiente para que esses homens superem as

dores do estigma social, necessitando também de suporte da rede de amigos e institucional, garantindo uma verdadeira chance de recomeço e reintegração bem-sucedida na sociedade (Nogueira et al., 2020). Exemplos nas falas: “a ajuda dos companheiros do grupo está sendo importante para superar os obstáculos da vida” (P2); “tem que ter ajuda da população e não pode ficar aprisionado no medo” (P4). Portanto, a ressocialização efetiva de indivíduos acusados de violência sexual requer um esforço coletivo.

As intervenções devem dar prioridade à adoção de atitudes e comportamentos protetivos, concentrando-se nas potencialidades dos participantes e na aquisição de novas estratégias de enfrentamento (Said, 2019). Isso possibilita uma perspectiva que vai além de patologizar e rotular, permitindo que cada indivíduo seja percebido por suas potencialidades e resiliências, abrindo espaço para que esses homens possam reescrever suas histórias, revisitar suas condutas e traçar novos caminhos. Acredita-se que o autor da violência contra crianças e adolescentes deva ser responsabilizado por seus atos, mas que sua história individual de vitimização por violência também seja considerada. É necessário um espaço aberto de grupo para reflexão compartilhada, permitindo que os autores de violência possam ressignificar suas crenças e suas histórias, assumindo responsabilidade por seus atos e vislumbrando outras formas de construir relações (Ferreira, 2019).

Considerações Finais

Inicialmente e durante algumas décadas, a ênfase das abordagens terapêuticas para autores de abuso sexual (adultos e adolescentes de ambos os gêneros) estava na avaliação e controle da reincidência do comportamento abusivo (Marshall, 2018; Przybylski, 2015). Atualmente, procura-se dar maior valor à participação e às vivências ocorridas nas interações entre os membros de grupos nessa natureza de atuação. Como participam? Quais mudanças são possíveis de implementação? Quais aspectos positivos são transmitidos nas interações entre participantes e membros de uma equipe? (Beiras et al., 2020b; Hollander & Craig, 2013). Assim, este texto busca analisar as percepções dos participantes sobre a experiência de integrarem uma intervenção psicossocial grupal com base na perspectiva do resgate da subjetividade, do reconhecimento do sofrimento, da expectativa de alcançar mudanças comportamentais e interacionais do adulto perpetrador de violência sexual.

Os testemunhos analisados, por autores de violência sexual neste texto, focaram na importância da construção de um ambiente sem julgamentos nem críticas, comumente prevalentes nessa situação (Bowden et al., 2017; Hollander & Craig, 2013; Marshall, 2018), em um ambiente seguro e de reciprocidade, possibilitando uma discussão de temas que normalmente não são debatidos no cotidiano desses homens, além da ênfase na positividade da conversa grupal. Os estudos (Grady et al., 2016; Vasconcelos & Cavalcante, 2019), que identificam avaliações de intervenções grupais com homens autores de violência, observaram resultados semelhantes quanto à perspectiva positiva. Wolf et al. (2016) consideram que a adoção de uma postura de não confrontação nos atendimentos ajuda a estabelecer um ambiente empático, de compreensão e aceitação, conforme orientação de Marshall (2018). No caso de Wolff et al. (2016) e de Hollander e Craig (2013), destaca-se o uso de recursos lúdicos para abordar temas difíceis, reduzindo a tensão e facilitando a reflexão e a expressão de sentimentos. O contexto reflexivo do grupo também levou os participantes a reconhecerem comportamentos e características em si mesmos e nos outros, que não haviam percebido antes. Além disso, o engajamento nas atividades grupais foi favorecido pela identificação do sentimento de medo e ansiedade, que antecede a entrada no grupo (Bowden et al., 2017).

Desse modo, os achados deste texto corroboram os resultados de outros estudos (Stinson et al., 2017) em que os participantes, após a intervenção grupal, demonstraram aprendizados relacionados a uma maior maturidade para evitar situações de risco, diferentes maneiras de evitar conflitos, assim como a necessidade de responsabilização, após o cometimento da ofensa sexual. O limite do texto encontra-se na discussão do tema, responsabilização pela ofensa sexual cometida contra crianças e adolescentes, que permite uma conversa plena de ansiedade, dúvida e medo de admissão de culpabilidade, bem como a participação apenas de autores de violência obrigados pela Justiça. Além disso, existem muitos limites no acesso a esses indivíduos, principalmente por parte deles mesmos, que se mostram desconfiados, reticentes e temerosos de se identificarem. Essa condição dificulta a expressão da espontaneidade e, dessa forma, reduz as amostras de estudos qualitativos. Finalmente, há que se apontar ainda a particularidade de que as autoras deste texto são representantes do gênero feminino pesquisando em um contexto que apresenta todos os impasses que os ambientes extremamente machistas oferecem. Assim, torna-se justo reconhecer o sofrimento e a audácia que acompanham as etapas da pesquisa e o percurso das pesquisadoras.

Referências

- Andrada, C. F. (2018). O método no centro: Relatos de campo de uma pesquisa psicossocial de perspectiva etnográfica. *Psicologia USP*, 29(2), 236-245. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305157319009>
- Barros, A. S., Ferraz, I. M., & Silva, K. C. (2022). Práticas da psicologia com ofensores sexuais privados de liberdade: O que revelam os artigos brasileiros? *Teoría y Crítica de la Psicología*, 18, 85–103. <http://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/345/360>

- Beiras, A., Benvenuti, M. P., Toneli, M. J. F., & Cavaler, C. M. (2020a). Narrativas que naturalizam violências: Reflexões a partir de entrevistas com homens sobre violência de gênero. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 17(1), 1-22. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2020.e72407>
- Beiras, A., Bronz, A., & Schneider, P. F. (2020b). Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual: Adaptações, desafios metodológicos, potencialidades. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(68), 61-75. <http://doi.org/10.38034/nps.v29i68.606>
- Bernardes, J. P., & Mayorga, C. (2017). Um estudo sobre intervenções junto a homens autores de violência doméstica contra mulheres. *Revista de Psicologia*, 26(1), 1-15. <http://dx.doi.org/10.5354/0719-0581.2017.46691>
- Bowden, L., Glorney, E., & Daniels, M. (2017). Individual's experiences of sexual offending therapy in a forensic psychiatric setting. *Journal of Sexual Aggression*, 23(3), 278-290. <https://doi.org/10.1080/13552600.2017.1343398>
- Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes [CONANDA]. (2013). *Plano nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes*. Secretaria de Direitos Humanos. <http://www.codigodeconduta.turismo.gov.br/images/documentos/PNEVSCA.pdf>
- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Presidência da República. <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=2848&ano=1940&ato=1bb0za61ENNRkTf8b>
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3a ed.). Artmed.
- Ferreira, N. de M. (2019). Intervenção sistêmica no contexto da terapia com um homem autor de violência contra mulher: Estudo de caso. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(63), 109-125. <https://doi.org/10.38034/nps.v28i63.474>
- Fonseca, M. C. F., Setubal, C. B., & Costa, L. F. (2019). Adulto autor de violência sexual: Estudo exploratório de avaliação de risco de reincidência. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 12(2), 389-409. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019120213>
- Geiger, B., & Fischer, M. (2017). Incarcerated sex offenders in rehabilitation account for their offending. *Journal of Investigative Psychology and Offending Profile*, 14(1), 43-59. <https://doi.org/10.1002/jip.1460>
- Gobo, G., & Marciniak, L. (2016). What is ethnography? In D. Silverman (Ed.), *Qualitative research* (4th ed., pp. 100-151). SAGE.
- Rey, L. F. G. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: Os processos de construção da informação*. Pioneira Thomson Learning.
- Grady, M. D., Swett, L., & Shields, J. J. (2016). The impact of a sex offender treatment programme on the attachment styles of incarcerated male sexual offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 22(1), 123-136. <https://doi.org/10.1080/13552600.2014.894148>
- Habka, I. de C. (2017). *A experiência do homem acusado de violência doméstica que participou de um grupo reflexivo para homens à luz da Gestalt-terapia* [Monografia, Centro Universitário de Brasília]. Repositório Institucional CEUB. <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/11471>
- Hollander, E. M., & Craig, M. (2013). Working with sexual offender via psychodrama. *Sexual Offender Treatment*, 8(2), 1-15.
- Jerolmack, C., & Khan, S. (Eds.). (2018). *Approaches to ethnography: Analysis and representation in participant observation*. Oxford University Press.
- Lobanov-Rostovsky, C. (2015). *Adult sex offender management*. Sex Offender Management Assessment and Planning Initiative. <https://www.womenagainstregistry.org/Resources/pdf/SOMAPI-AdultSexOffenderManagement.pdf>

- Marshall, W. L. (2018). A brief history of psychological theory, research, and treatment with adult male sex offenders. *Current Psychiatry Reports*, 20(8), 1-8. <https://doi.org/10.1007/s11920-018-0920-0>
- Meneses, F. F. F., Ströher, L. M. C., Setubal, C. B., Wolff, L. S., & Costa, L. F. (2016). Intervenção psicossocial com o adulto autor de violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. *Contextos Clínicos*, 9(1), 98-108. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2016.91.08>
- Ministério da Justiça e Segurança Pública. (2017). *Levantamento nacional de informações penitenciárias*. Secretaria Nacional de Políticas Penais. <https://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>
- Ministério da Saúde. (2018). Boletim Epidemiológico: Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil nos anos de 2011 a 2017. Secretaria de Vigilância em Saúde. <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>
- Murphy, C. M., & Richards, T. N. (2021). The efficacy of psychosocial interventions for partner violent individuals. In R. Goffner, J. W. White, L. K. Hamberger, A. Rosenbaum, V. Vaughan-Eden, & V. I. Vieth (Eds.), *Handbook of interpersonal violence and abuse across lifespan* (pp. 3417-3444). Springer.
- Nogueira, R. N. (2020). *Distorções cognitivas de ofensores sexuais em interação grupal e familiar* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UNB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39412>
- Nogueira, R. N., Costa, L. F., Passarela, C. F. T., & Setubal, C. B. (2020). Apreensão do sofrimento do adulto ofensor sexual em intervenção psicossocial: Uma etnografia. *Revista Subjetividades*, 20(1), 1-15. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i1.e9713>
- Oliveira, J., & Scorsolini-Comin, F. (2021). Percepções sobre intervenções grupais com homens autores de violência contra as mulheres. *Psicologia & Sociedade*, 33, 1-18. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33221163>
- Orth, G. M. N., Cordeiro, M. P., & Muniz, L. A. C. (2021). Violência sexual intrafamiliar e justiça restaurativa: Relato de experiência de um caso atendido pelo CEJUSC Ponta Grossa-PR. *Revista Humanidades & Inovação*, 8(47), 208-215. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5622>
- Passarela, C. F. T., Setubal, C. B., Meneses, F. F. F., Wolff, L. S., Costa, L. F., Stroher, L. M. C., & Vieira, T. B. (2017). Intervenção psicossocial com adulto ofensor sexual: A experiência do Alecrim (PAV/SES/GDF). In K. A. Figueiredo (Org.), *Direitos sexuais são direitos humanos: Coletânea de textos* (pp. 71-74). Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.
- Penso, M. A., Conceição, M. I. G., Costa, L. F., Meneses, F. F. F., Ströher, L. M. C., Setubal, C. B., & Wolff, L. S. (2016). Perfil de ofensor sexual intrafamiliar adulto atendido em uma instituição de saúde. In L. F. Habigzang, L. C. A. Williams, & P. I. C. Gomide (Eds.), *A outra face da violência: O agressor em múltiplos contextos* (pp. 63-76). Juruá.
- Poletto, M. P., Renner, A. M., Rebeschini, C., & Arteche, A. X. (2018). Intervenções psicológicas para homens perpetradores de violência contra a mulher: Uma revisão sistemática. *Contextos Clínicos*, 11(2), 268-283. <https://doi.org/10.4013/ctc.2018.112.11>
- Przybylski, R. (2015). *Recidivism of adult sexual offenders*. Sex Offender Management Assessment and Planning Initiative. <https://www.ojp.gov/library/publications/recidivism-adult-sexual-offenders>
- Said, A. P. (2019). Intervenção psicossocial com ofensoras/es sexuais intrafamiliares: Reflexões e componentes de avaliação de processo. *Revista Psicologia Política*, 19(46), 584-601. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7422813>
- Setubal, C. B., Wolf, L. S., & Costa, L. F. (2020). Pensamentos de risco de um adulto autor de violência sexual. *Revista Psicologia e Saúde*, 12(2), 105-122. <https://dx.doi.org/10.20435/pssa.v0i0.897>
- Souza, F. B., & Maciel, W. L. S. (2018). O tratamento que as Políticas Públicas e o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes têm realizado junto ao agressor sexual, com a finalidade de evitar

reincidências. *Revista do CEJUR/TJSC: Prestação Jurisdicional*, 6(1), 33–48. <https://doi.org/10.37497/revistacejur.v6i1.306>

Stinson, J. D., Becker, J. V., & McVay, L. A. (2017). Treatment progress and behavior following 2 years of inpatient sex offender treatment: A pilot investigation of safe offender strategies. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 29(1), 3-27. <https://doi.org/10.1177/1079063215570756>

Tavares, A. S., Costa, L. F., & Moreira, D. L. (2021). Ofensa sexual cometida por adolescentes jovens/adultos. *Aletheia*, 54(2), 82-94. <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/6859>

Vasconcelos, C. S. S., & Cavalcante, L. I. C. (2019). Caracterização, reincidência e percepção de homens autores de violência contra a mulher sobre grupos reflexivos. *Psicologia & Sociedade*, 31, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31i179960>

Vasconcellos, M. J. E. (2013). *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência* (10a ed.). Papirus Editora.

Wolff, L. S., Oliveira, E. S., Marra, M. M., & Costa, L. F. (2016). O recurso psicodramático na intervenção com o adulto autor de ofensa sexual. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 24(2), 58-68. <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/269>

World Health Organization. (2017). *Responding to children and adolescents who have been sexually abused: WHO clinical guidelines*. WHO. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/259270/9789241550147-%20eng.pdf?sequence=1>

Como Citar:

Sousa, R. C. G., & Costa, L. F. (2024). Participação de ofensores sexuais em intervenção psicossocial: Trajetória do medo à coragem. *Revista Subjetividades*, 24(3), e14225. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v24i3.e14225>

Endereço para correspondência

Ranieli Carvalho Gomes de Sousa
E-mail: ranieligomes16@gmail.com

Liana Fortunato Costa
E-mail: lianaf@terra.com.br



Recebido: 23/02/2023

Revisado: 27/08/2023

Aceito: 14/03/2024

Publicado: 29/11/2024